

A penúltima parte do livro, intitulada “Imagens. Literatura e Música”, consta de poemas e contos de diversos autores africanos, como Conceição Cristóvão, Ondjaki, Adriano Botelho de Vasconcelos, além da letra de uma música do cantor e compositor brasileiro Martinho da Vila.

Todos os textos presentes no livro são basilares para o aprofundamento da reflexão acerca da África e sua produção literária e servem como estímulo para as futuras gerações de estudiosos e interessados no tema. As relações do Brasil com o continente africano sempre foram estreitas, apesar do vasto oceano que nos separa. No entanto, essas relações precisam aprofundar-se cada vez mais, para que o Atlântico se torne menor e venha a não ser mais um oceano de distância, mas um rio chamado Atlântico, tomando de empréstimo o título do livro de Alberto da Costa e Silva.

Na verdade, podemos notar em todos os textos do livro a valorização da interdisciplinaridade dos estudos africanos, relacionando os estudos de pesquisadores brasileiros, portugueses e africanos.

A literatura é um reflexo do mundo real e uma das mais ricas manifestações de uma sociedade. Sendo assim, podemos dizer que os escritores africanos procuram, através de seus discursos literários, mostrar e valorizar suas raízes, imprimindo marcas identitárias em seus escritos, sempre conscientes da ambiguidade de um continente

multicultural, multiétnico e, portanto, multifacetado.

Letícia V. Costa

POLIFONIAS INSULARES: CULTURA E LITERATURA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Inocência Mata

Lisboa, Edições Colibri, 2010

257 páginas, ISBN: 9789727729692

Esta obra de Inocência Mata inclui vários textos escritos em períodos e ocasiões diferentes, e diz respeito ao legado cultural e literário em torno da insularidade de São Tomé e Príncipe. O estudo está dividido em quatro partes. Nele, priorizou-se uma organização temática, sendo a primeira direcionada às Línguas e Culturas de São Tomé e Príncipe. A segunda parte, “Da literatura são-tomense: perscrutando o sistema”, apresenta uma contextualização dessa literatura, seus aspectos históricos e sociais, com foco no processo de construção da prosa de ficção e o vínculo no sistema colonial; a terceira parte, “Da literatura são-tomense: cruzando vozes”, traz uma coletânea de textos dos autores canonicizados, como Francisco José Tenreiro e Maria Manuela Margarido, além de mostrar a poesia atual são-tomense na representatividade dos poetas Aíto Bonfim, Conceição Lima e Sacramento Neto. A quarta parte, “De exílios, passagens e conexões”, busca revelar o lugar de pertença no contexto da glo-

balização, com as produções de Otilina Silva, Pedro Rosa Mendes e Paulo Ramalho.

No ensaio “São Tomé e Príncipe: que línguas de identidade nacional?”, a autora problematiza as relações culturais e linguísticas no âmbito de uma identidade cultural são-tomense realizada por enunciações linguísticas diferentes. O arquipélago está situado no Golfo da Guiné, país de formação colonial, onde se registram cinco línguas: o português, o forro, o lunguyé, o cabo-verdiano e o angolar. Entre os crioulos, o forro e o português são as duas línguas mais faladas, consideradas de carácter “nacional”. A autora usa as aspas para orientar que a língua nacional é, geralmente, falada por um grupo que agrega sobretudo aspetos étnicos comuns. São Tomé, apesar de possuir várias línguas nacionais, tem uma língua oficial, a portuguesa.

Na economia, a fabricação do açúcar inseriu a primeira atividade rentável da ilha. A comunicação estabelecida entre portugueses e africanos, os crioulos da ilha de São Tomé (o forro) e da ilha do príncipe (o lunguyé), além da inserção da cultura do café e do cacau, permitiram o processo de transculturação formador do povo são-tomense. Assim, contribuições culturais advindas do Brasil (vestuário e alimentação), além das colónias britânicas do Golfo, com contratados africanos das dominações britânicas tornam-se primordiais neste processo, nitidamente visíveis no estudo de Francisco José Tenreiro, sobre

gentes e raças na formação de São Tomé e Príncipe.

Inocência Mata chama a atenção para o nacionalismo como sentimento de pertencimento esforçado, principalmente, pela vontade de querer unir-se e compartilhar do mesmo grupo. Nesse contexto, retrata, no período colonial, as línguas crioulas impotentes em relação ao carácter de reivindicação da nacionalidade. A elite são-tomense expressava-se em português, assim como a classe média e culta, pois aos filhos não era permitido falar o crioulo, uma vez que disso implicaria, negativamente, uma inserção na sociedade colonial. É dessa forma que a autora cita Manuel Ferreira ao constatar que “o sistema colonial é de natureza antropofágica” (alusão à ideia do modernista-vanguardista brasileiro Oswald de Andrade), ou seja, sobrevive da devoração do Outro, em todos os sentidos: político, ideológico, económico, religioso e linguístico (Mata, 2009: 17).

A língua portuguesa continua a ter o carácter de língua hegemónica em São Tomé e Príncipe, segundo a autora, quando o poder da língua na ilha não é experienciado pelas outras línguas minoritárias, como os crioulos lunguyé, o angolar e o cabo-verdiano, sendo esta última a terceira língua mais falada em São Tomé, e a segunda na ilha de Príncipe. Na distribuição crítica em relação ao descaso dos responsáveis pelas políticas educativas e culturais em São Tomé, o não aprimoramento das outras línguas diz muito acerca do pequeno

país. A questão da chamada “identidade nacional” está intrinsecamente associada a uma língua hegemônica.

As complicitades linguísticas de São Tomé e Príncipe entram em pauta na discussão quando questionada sobre a existência de uma língua de são-tomensidade cultural ou alguma língua identitária da nação são-tomense. Baseada na teoria de Vigoroux (2008), a autora insere a língua no âmbito social, geográfico ou simbólico. Referenciada como um produto social da linguagem ou do sistema de signos, a língua é um complemento essencial na formação da cultura e da história que lhe servem de matriz. Nesse contexto, Mata insere a concretização da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe, influenciada pela multiplicidade de significados, na convivência dos espaços pós-coloniais, sem perder o contato com a ancestralidade.

A autora critica o fato de uma representatividade das “línguas nacionais” em São Tomé e Príncipe reforçar a ideologia da assimilação cultural, quando se compreende a língua nacional como simbologia do poder, pois está ligada ao Estado, enquanto as línguas nacionais conferem uma identidade direcionada ao folclórico. A preocupação com o caráter subalternizante, que se instala nesse processo, dá-se por meio de uma política cultural, linguística que, segundo Mata, somente confere o exercício de cidadania no ensino de língua portuguesa, considerada língua materna, além de oficial, dominante em relação às outras línguas maternas vis-

tas como inadequadas para um processo de socialização no país. Ao argumentar que uma nação também se afirma a partir da educação, enfatiza a necessidade urgente da reflexão em torno do ensino da/em língua portuguesa.

Outro aspeto explorado nesta discussão, em torno da questão linguística em São Tomé e Príncipe, liga-se ao fato de que durante o período colonial, os crioulos eram línguas exclusivas da população sem acesso à educação, marginalizada na sociedade colonial. Na atualidade, as mesmas línguas tornam-se uma referência de complicitades convivenciais, na comunidade emigrante e em situação da diáspora, representando uma afirmação de pertencimento, ou de uma “nação imaginada”, quando a língua também se processa como dinâmica social. Apesar de não citar diretamente Benedict Anderson, a autora preconiza a forma como a nação inserida no processo de cunho antropológico representa uma comunidade política imaginada. Nesse sentido, não há, portanto, comunidades verdadeiras, como defende Anderson, em *Comunidades imaginadas*. Elas são sempre imaginadas e não se legitimam pela oposição falsidade/autenticidade. Estabelece-se a ideia de um “nós”, que supera as adversidades e une o que de fato a consolida. Nesse caso, a língua aqui instituída pode ser representada na condição de símbolo de cultura dessa sociedade.

O bilinguismo faz parte da sociedade são-tomense, no sentido da comunidade manter mais de um sistema linguísti-

co e não é de se admirar a predominância dessa questão. A discussão em torno desse fenômeno, aspeto considerado neste ensaio como o uso de um “português deturpado” (Pontífice, 1991), que recebe as interferências do crioulo forro, Inocência Mata defende a língua portuguesa a ser ensinada como uma segunda língua em São Tomé, uma vez que as línguas crioulas são expressão de uma identidade cultural específica, com a percepção de uma língua materna que não seja vista apenas no seu sentido folclórico.

A cultura são-tomense na rota da convergência atlântica acaba por repetir os mesmos conceitos defendidos anteriormente pela autora, entre eles, as cinco línguas que se falam na ilha de São Tomé (o português, o crioulo forro, o crioulo lunguyé, o crioulo cabo-verdiano e o angolar), além das duas emblemáticas manifestações folclóricas: o *Tchiloli* ou a *Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno*, na Ilha de São Tomé, e o *Auto de Floripes*, na ilha do Príncipe. Manifestações da cultura portuguesa, cujas peças contextualizavam o ciclo carolíngio, e as histórias narravam o confronto religioso entre os cristãos e os mouros, a partir da saga do Imperador Carlos Magno, representando também a celebração dos doze pares da França, inseridas nas novelas medievais de cavalaria.

Nesta primeira parte, a autora encerra as discussões da temática em estudo sem deixar de destacar outras manifes-

tações culturais fabulares da ilha ligadas às celebrações religiosas (novena, missa, procissão) à relevância de uma ideologia católica projetada em sociedade colonial, com atualizações e variações adaptadas, a exemplo do *Bócadu*, que é celebrado na quarta-feira de cinzas, ou “limpar as cinzas de X”, referindo-se à morte de um parente falecido há um ano. Outro ritual de comunhão é o *Vindes-Menino*, ou *vijamento do Menino*, um tipo de romaria que ocorre na passagem do ano. Inocência Mata critica o fato de que as várias “estórias de fundo” vêm perdendo forças na ilha, uma vez que não há interesse por parte dos mais jovens em conhecê-las e explorá-las, o que provocará com o passar do tempo o apagamento desses elementos culturais, como as danças *Ungoló* e o *Imbêrrêrrê*, que se executam segurando um cacete em dias de folia.

Na segunda parte, “Da literatura são-tomense: perscrutando o sistema”, as várias faces da condição periférica da literatura são-tomense são apresentadas, apesar de críticos e professores defenderem que essa literatura continua sendo vista de modo lacunar. Para Mata, a falta de material não deve servir como pretexto aos pesquisadores e professores, que em grande parte obtêm os conhecimentos sobre esta literatura de acordo com a pequena produção realizada pelos poetas da “Casa dos Estudantes do Império”, sendo rara uma pesquisa aprofundada, que permita o acesso a produções pouco difundidas, mas não menos significativas.

Autores representativos da literatura são-tomense, como Caetano da Costa Alegre, Francisco José Tenreiro, Marcelo da Veiga ou Sum Marky, publicados em Portugal, muitas vezes não são contemplados nos estudos que os fariam conhecidos. A autora critica o livro publicado no Brasil, *África e Brasil: letras e laços*, cuja proposta consistia em apresentar 17 autores das literaturas africanas de língua portuguesa, não incluir nenhum artigo sobre autores de São Tomé, alijando assim essa importante parcela das literaturas produzidas nas ex-colônias portuguesas.

Esta lacuna deveu-se ao elemento “gosto” de alguns estudiosos em relação à produção dos países africanos, repetindo a execrada tentativa de “canonizar”, “assim como ao fato de o próprio país não ter sido capaz de promover uma cultura dinâmica e duradoura, ou até mesmo uma divulgação restrita ao imediatismo, efêmero ou capitalizável. Assim, a autora julga que o país sofre de uma questão periférica, que não somente tem relação com a situação externa, mas com a própria inércia interna, que não consegue desenvolver sequer um programa cultural: uma constatação e um alerta.

Inocência Mata evidencia alguns aspetos peculiares a respeito da “emergência da literatura são-tomense”, como a questão de ter conseguido historicamente um lugar, mesmo sob a égide da máquina colonial. A produção escrita advinda de associações civis e organizações de reivindicação política,

redações de jornais e a ação de profissionais liberais beneficia da situação anterior que, não desejável, impõe-se como solução imediata. A poesia teve um papel proeminente da expressão literária das Ilhas. Como mostra disso, registra a publicação da obra de Francisco José Tenreiro, considerada o marco da poesia insular, *Ilha do Nome Santo* (1942). Este fato é relevante, uma vez que meio século depois nota-se a preponderância da forma da poesia como uma das práticas literárias de expressão nacional.

A idéia é discutir um sistema literário iniciando em 1942 em São Tomé e Príncipe, a partir da proposição de sistema estudada e afirmada pelo estudioso Antonio Candido, inicialmente, em “Formação da Literatura Brasileira” (1975), leva à compreensão de que a literatura de um país é conjugada a partir da inter-relação do conjunto de alguns elementos: “autores formando um conjunto virtual e veículos que permitem seu relacionamento, definindo uma vida literária; públicos, restritos ou amplos, capazes de ler ou de ouvir as obras, permitindo com isso que elas circulem; tradição, que é o reconhecimento de que obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar” (cf. Candido, 1999: 15), ou seja, a relação entre a obra literária (e o autor), o leitor e a crítica literária.

A discussão avança em torno de como se caracterizaria a “protocons-

ciência” nacional nos primórdios da literatura de São Tomé, desta que geraria a “consciência nacional anticolonialista”. O século XIX são-tomense é mais jornalístico do que literário, caracterizando-se por poesias dispersas em jornais. A escassa produção em crioulo forro, da autoria de Francisco Stockler, uma poesia popular, que fala do quotidiano psicossocial e econômico do homem forro, ou da “poesia de expressão dialetal”, assim denominada por Manuel Ferreira, disputam lugar com o registo jornalístico.

Equatoriaes (1898), de Almada Negreiros (Pai), e a poesia dispersa de Caetano da Costa Alegre, considerada uma das primeiras manifestações poéticas sobre o homem metropolitano e a sua relação com a natureza são-tomense, formam o *corpus* da literatura colonial. Dessa produção literária inicial, a autora cita a representação da diferença na poesia de Costa Alegre, com uma poesia intimista, focada na paisagem da ilha, exemplificada pelos poemas “Serões de São Tomé” e “As rolas”. Outra característica da poesia de Costa Alegre concentra-se nas diferenças raciais e nos preconceitos delas oriundos. O negrismo da fratura humana e civilizacional constitui um dos paradigmas na celebração do homem negro, e traz como exemplo a comparação do poema “África” (*Xigubo*, 1964), de José Craveirinha, como poema mais emblemático.

A poesia de Herculano Levy é indicada como uma renegação da diferença,

segundo Inocência Mata, pois inscreve-se na sua história pessoal, por ser filho ilegítimo de um rico comerciante judeu e de uma negra natural de São Tomé e “renegado” pelo irmão branco. Nesse sentido, o poema “O renegado” reflete a agonia da sua existência e a complexidade de sua afirmação identitária. A natureza também faz parte da poética de Herculano Levy, em poemas como “Obó”, “Cascata” e “Tempo de chuvas” demonstrando uma repetida adjetivação da natureza e os mistérios exuberantes da floresta. A poesia de Marcelo da Veiga é identificada como afirmativa da africanidade, cuja capacidade de reivindicar uma identidade própria consistia em traço poético do autor.

Inocência Mata conclui que a poesia de Francisco José Tenreiro concentra uma intensa afirmação identitária da mãe África, pois são textos dirigidos à mátria como forma indicial, mas de uma tentativa de expressão da são-tomensidade. Considerado um dos maiores poetas da negritude e da criouliidade, Francisco José Tenreiro escreveu os poemas mais representativos a este nível “Coração em África”, “Terra de Alarba”, “Nós”, “Mãe” ou “Mãos”. Outros poemas de regresso à ilha também são citados, não somente os que definem as ilhas, mas sobretudo o elemento da mestiçagem, como “Mamão também papaia”, com alusão a um fruto democrático por servir não somente ao Senhor Administrador, mas aos trabalhadores e aos filhos mulatos da Casa Grande.

Os poetas da CEI celebrados na antologia organizado por Alfredo Margarido, publicado em 1963, contam com a participação de Tomás Medeiros, Maria Manuela Margarido e Alda Espírito Santo, juntamente com Marcelo da Veiga e Francisco José Tenreiro, nascidos na mesma época e inseridos no mesmo contexto socioeconômico e cultural. Essa poesia publicada dos poetas da Casa do Estudante do Império é reconhecida como *corpus* fundador da são-tomensidade literária.

Após a independência política, em 1975, a literatura de São Tomé e Príncipe passou por uma esterilidade produtiva, como enfatiza Inocência Mata. A poesia da consagrada escritora Alda Espírito Santo transforma-se em uma ostensiva referencialidade panfletária, em *Solo Sagrado da terra – poesia de protesto e luta* (1978), em que a ideologia dominava o trabalho da palavra poética. Exemplos como o poema “Boato”, o qual a poeta considera o “Boato como arma reacionária”, mostra a intenção em explorar o que denomina de uma *sloganização da escrita*.

Nos anos 80, surge Fernando de Macedo, historiador e ensaísta, que produz, além da poesia, também no gênero dramático, três peças de teatro (*O Rei do Obó*, *Capitango* e *Cloçon son*). Os dois gêneros compartilham a mesma temática, a história de resistência política e cultural, como o processo da assimilação cultural. Aíto Bonfim e Frederico Gustavo dos Anjos são de uma geração mais jovem. A poesia des-

se último explora o direito à liberdade e às diferenças. A poesia do primeiro problematiza a condição pós-colonial, na sua dimensão política. Inocência Mata destaca na poesia de Aíto Bonfim, “o ideal utópico do universalismo panafricanista da geração universalista (Mata, 2003: 130).

Maria Olinda Beja (*Quebra-mar*, 2001; *Água crioula*, 2002), Francisco Costa Alegre (*Madala*, 1991; *Cinzas do Madala*, 1992, e *Mussungú*, 2001) celebram em seus poemas a África e a terra natal. Amadeu da Graça, autor de *Pagá Ngúni*, aventura-se pela criação em língua crioula são-tomense.

A reescrita da identidade na poesia de Conceição Lima presente nas obras (*O útero da casa*, 2004, e *A Dolorosa raiz do Micondó*, 2006) insere poemas que percorrem o lugar da memória, da paisagem e de pertencimento da ilha são-tomense. A insularidade na poesia de Conceição Lima ocorre no próprio título, acomete ao micondó, árvore nativa de São Tomé, mais comum em outros países africanos, também conhecido como baobá. A simbologia utilizada atravessa o discurso, pois a árvore sobrevive mais de dois mil anos, o que podem significar, na poesia de Conceição Lima, as várias gerações e a história que perpassam a memória e a identidade de uma particularidade africana.

Inocência Mata cita o poema RAUL KWATA VIRA NGWYA TIRA PONHA, de *A dolorosa raiz do micondó*, para desmistificar o fato de os trabalhadores das roças não serem sedu-

zidos pela suposta “democracia” que esse espaço oferta. Os contratados são anônimos, seus nomes não aparecem nos registros documentais históricos e geográficos. As identidades rasuradas pelo processo da colonização ganham outro enfoque quando exibido no poema, uma vez que destaca a resistência e o empenho dessas pessoas que se viam obrigadas a deixarem o seu lugar de origem em busca de trabalho. São sujeitos presos às roças, sem condições de voltarem ao seu lugar de origem. O fato de não ter reparado na nova bandeira, ironicamente, remete à pós-independência e por ter continuado à margem de uma sociedade que sempre o excluiu. Nesse caso, o período pós-independência não provocou mudanças, e por não criar expectativas em relação ao futuro, para o indivíduo submetido ao mundo da roça, não importa se houve ou não a mudança da bandeira.

Da mesma forma o poema “Afroinsularidade”, de *O útero da casa*, citado apenas nas duas últimas estrofes, registra a voz de um ex-contratado que expõe a sua visão sobre o colonialismo e o trabalho forçado nas roças. As imagens das embarcações portuguesas com as “ferramentas do império” e “santos padroeiros”, denotam o processo de troca na sedução de mercadorias condimentos, além da imposição da religião católica.

Posteriormente a poesia de Conceição Lima, são destacados outros autores considerados menos marcantes na poesia de São Tomé e Príncipe,

entre eles Manuel Bernardo, Jerónimo Salvaterra, Mé Sossô, Armindo Vaz d’Almeida, Manuel Teles Neto e Alcino de Sousa. Considera-se o fato de que a poesia produzida neste período pós anos 70 envereda pela crítica de uma negligência do governo em relação à continuidade de modelos coloniais, a relação entre o novo poder e a intolerância político-ideológica.

Em “A prosa de ficção são-tomense: a presença obsidiante do colonial”, Inocência Mata destaca as primeiras manifestações literárias em São Tomé, principalmente as que possuem relação direta com o olhar intimista e pessoal do escritor, exemplificadas com poemas de Caetano Costa Alegre, considerado o poeta que desenvolveu uma temática relacionada a sua negritude e a São Tomé. Da mesma forma, António Lobo de Almada Negreiros, em *Equatoriais*, traz nesta obra uma das primeiras impressões sobre a fascinação em relação ao exótico e às belezas naturais da ilha são-tomense. A descrição exagerada de um homem metropolitano, em contraste com “a Natureza gigante, eleva a alma menos contemplativa”, edifica-se ao processo de idealização.

A autora classifica como “literatura de informação”, textos produzidos por João Maria de Sousa e Almeida, com dados sobre cultivo da terra, fertilidade do seu solo e a benignidade do clima. Com os contos de motivação e de projeção autobiográfica, com a temática voltada ainda para o deslumbramento da fauna são-tomense, resta para aque-

les que vivem nas colônias, a serviço da pátria, a nostalgia do seu lugar, o que provoca uma experiência do contato com a fauna, na natureza publicada por Manuel Joaquim Gonçalves de Castro, em *Horas d'Ócio no equador* (1908).

Em “Da imperialidade à ultramarindandade” realiza-se um discurso da naturalização da situação colonial e da sua legitimação, calcada na produção discursiva do universo da roça, como uma espécie de “colonialidade insular” registrada na obra de Gastão de Sousa Dias, em *África portentosa* (1926) e na de Luiz Teixeira (1933), em *Na roda do batuque*. Nas referidas obras persistem as relações de comunhão entre o homem e a natureza, desta feita com ênfase na segurança que o espaço da roça oferece. A década de 30 traz um novo impulso no que diz respeito ao processo de uma escrita colonial, cujo empenho se relacionava ao programa literário ligado à questão da expansão ultramarítima. Nesta mesma linha ultramarina destacavam-se Julião Quintinha, em *Novela Africana* (1933) e Rui Cinatti com “Ossobó”. Neste último, a natureza está concentrada na visão do pássaro apresentando o enunciador como uma espécie de *voyeur*: trata a natureza como um lugar de observação.

Em 1937, a partir do pioneirismo de Viana de Almeida, a autora identifica como “escrita da roça”, a expansão ideológica do espaço do ultramar, o processo de adaptação da personagem metropolitana na ilha. Fernando Reis e Luís Cajão, portugueses, que traba-

lhavam como funcionários administrativos em São Tomé e Príncipe, traziam a visão etnocêntrica da ideologia colonial. Destaca o romance *A Estufa*, de Luís Cajão, publicado em 1964, que manifesta uma ação de conflito entre um jovem estudante de Direito, herdeiro de uma roça, após a morte de seu pai. A visão de mundo que o jovem carrega entra em choque com a realidade dos trabalhadores da roça. O conflito interior do mundo culto, intelectual, assumidamente superior do jovem, entra em choque com a realidade do homem de São Tomé, fato que reforça o sentido ideológico da “missão civilizadora do português” (114).

Na tentativa de compartilhar da mesma linha ideológica, o lisboeta Fernando Reis, radicado em África desde 1947, é classificado como um autor da “literatura da imaginação”, segundo Mata (115). A escrita de Reis está permeada por incursões centradas na história, na sociologia, na crítica literária e na etnografia. A “subjacência colonialista” (116) da escrita desse autor está impressa nos romances *Roça* e na *Ilha do Meio do Mundo*. Este último livro que indica um “eu” conturbado, segundo Inocência Mata, “por questões ideológicas profundas e a obsessão sobre a injustiça e a injusteza da descolonização” (116). Em *Roça*, o caráter paisagístico perde o sentido exótico, e traz uma visão “contemplativa” na qual é acentuada a insularidade.

A literatura colonial em ação contempla as obras de Horácio Nogueira,

com atuação literária sobre Angola e Cabo Verde; Alves Preto, com a publicação dos contos “Um homem igual a tantos” (1959) e “Aconteceu no morro” (1960), publicados na Casa do Estudante do Império, e Sum Marky, com as obras de “pulsão são-tomense”: *O vale das ilusões* (1956), *No altar da lei* (1962), *Tempo de Flogá* (1966), entre outras que trazem os motivos temáticos já elencados anteriormente, mas com a diferença situada na miscigenação não harmoniosa na ilha, contradizendo outros discursos oficiais.

A ficção pós-colonial e a presença obsidiante do “colonial” destaca o papel imprescindível dos poetas que detêm o poder da escrita, além das organizações de antologias, iniciadas em 1977. São elas: *Antologia poética de São Tomé e Príncipe* (introdução de Carlos Agostinho das Neves e prefácio de Alda Espírito Santo) e *Antologia Poética e Juvenil de São Tomé e Príncipe*, de Antonio Pinto Rodrigues.

A prosa de ficção ocorrerá em 1979, com um opúsculo de Rafael Branco, *Makuta*. O tema da roça é retomado e o enredo discute a temática do sonho do contratado, que se transforma em pesadelo, quando a realidade aponta para mais um trabalho escravo. Em 1984, Frederico Gustavo dos Anjos publica uma novela, *Bandeira para um Cadáver*, na qual insere discussões e problemas relacionados à vida efêmera e às injustiças sociais. Em 1985, Albertino Bragança publica *Rosa do Riboque e Outros Contos* contextualizados na periferia de São

Tomé, abordando assuntos do cotidiano, e relatando as esperanças e frustrações dos naturais, no período colonial. Em 1993, Maria Olinda Beja publica *Quinze Dias de Regresso*, romance sobre a trajetória de uma jovem mulher, que luta por uma vida melhor, enfrentando as adversidades em um mundo dividido entre negros e brancos, europeus e africanos. O regresso ao passado e a projeção do futuro, além do reencontro com a mãe, Sam Lázara, que aguarda a filha há trinta e sete anos, são provas de uma resistente e relutante luta pela vida movida por um amor incondicional.

Outros autores completam a ficção pós-colonial em São Tomé no ano de 1994. Francisco Costa Alegre publica *Mussundá*; um ano depois, Jerónimo Salvaterra apresenta *Tristeças não pagam dívida*, uma espécie de miscelânea de lendas e contos tradicionais, que, segundo a autora, não é suficiente para identificar um estilo de escrita. Destaca ainda a obra de Sacramento Neto, autor de cinco novelas: *Tonga Sofia* (1981), *Milongo* (1985), *Peneta* (1989), *A Rainha* (1992) e *O Testamento de Cristina* (1995). Segundo Mata, esta última desloca o espaço para Luanda. Os enredos se repetem e a narrativa se desloca, no *Testamento...* para a época colonial, tratando das relações humanas no mundo da roça, entre negros e brancos.

A prosa de ficção são-tomense atual é ainda rudimentar, nas palavras de Inocência Mata. O cultivo da poesia, entretanto, recrudesciu logo após a indepen-

dência, a verificar pela quantidade de novos poetas e poemas que surgiram desde então. A inexistência de editoras no país também é um motivo a mais na falta de uma publicação.

Em “Travessias do olhar: a descolonização da palavra na poesia são-tomense”, a autora expõe observações acerca do conjunto da obra de Francisco José Tenreiro, considerando a contribuição de dois sujeitos imprescindíveis na construção do processo transcultural na formação da sociedade de São Tomé, o africano e o português. Cita a obra *Ilha de Nome Santo*, publicado em 1942, mostrando a relação harmoniosa existente entre colonizados e colonizadores. Adverte para o fato de que Tenreiro elege o componente europeu, português, no caso, como a principal invenção da sociedade são-tomense, não considerando as contribuições africanas (grupo bantu), nem tampouco as americanas (do Brasil).

Conceição Lima, em *Útero da Casa* (2004), traz uma poesia marcada pela ação colonialista. É reivindicado o estado de pertença, “uma vinculação à pátria inclusiva de elementos da sua diáspora” (Mata, 161). No livro seguinte, *A dolorosa raiz do Micondó* (2006), “a construção simbólica do micondó (o imbondeiro, o baobá) sinaliza a capacidade de resistência, de persistência e vivificação” (Mata, 160). Nesse sentido, a poeta busca enfatizar a contribuição dos que foram abolidos na escravatura, a mão de obra dos escravos forros de Angola, além de contratados dos países

Moçambique e Cabo Verde. A mistura fica mais evidente com a união desses ex-escravos, aos rebeldes refugiados (angolares), e os que vinham das colônias inglesas em África. Assim, a definição de “população flutuante”, aplicada por F. José Tenreiro não justifica a situação civilizacional, uma vez que as diferenças étnicas neste bloco africano foram sempre majoritárias na ilha, ou seja, pode ser “flutuante” apenas em termos etnoculturais. (Mata, 137).

Na terceira parte, intitulada “Da literatura são-tomense: cruzando vozes”, Inocência Mata apresenta artigos publicados em torno da poesia de Manuela Margarido, Sacramento Neto, Aíto Bonfim e Conceição Lima. O primeiro artigo refere-se à obra de Manuela Margarido, nascida na Ilha do Príncipe (1925), que viveu uma parte da vida nas ilhas. Em termos de escrita, a autora publicou, em 1957, *Alto como o Silêncio*, e nos anos 60 e 70, produziu artigos sobre as obras de Caetano da Costa Alegre e Francisco José Tenreiro, dois dos poetas fundadores da literatura de são-tomense.

Segundo Inocência Mata, poetas como Manuela Margarido, Alda do Espírito Santo, Tomás Medeiros e Marcelo da Veiga “vincularam a sua poesia a uma ideologia estética que tanto intentava a construção de uma identidade cultural, como realizava um discurso de combate social, anticolonial, denunciador da exploração cultural” (Mata, 173). Nesse sentido, também é acrescida a produção dos poetas da

Casa dos Estudantes do Império, que denunciavam os problemas advindos da precariedade de trabalho nas roças, com o regime dos contratos e os dramas dos contratados nas fazendas de cacau e de café. A insularidade inserida na poesia de Manuela Margarido está presente no poema *Socopé*, em que são evocadas a flora e a fauna, e onde a matéria se sobrepõe. A poesia de Manuela Margarido, publicado na antologia de 1963, denuncia a repressão colonialista portuguesa, trata da reflexão em torno dos sentimentos de solidariedade e indignação referentes à vida pobre dos seus conterrâneos e dos trabalhos forçados nas roças do Príncipe e das condições de trabalho dos contratados angolanos e cabo-verdianos.

Confrontada na sua identidade, várias vezes se interrogou como escritora portuguesa ou africana. Apesar de ter vivido muitos anos em Portugal, considerava-se africana porque os problemas do continente africano sempre representaram um enorme interesse na vida da poeta. Dessa forma, a poesia de Manuela Margarido, especificamente a de *Alto como o Silêncio*, revela uma preocupação existencial, conforme os versos: “és o sentimento íntimo de enlaçar a tarde/ilustrando os milhares de problemas/das viagens dialogadas”. E mesmo apresentando uma conotação social e histórica, o lirismo predomina na sua poesia, com a ânsia de fugir de uma realidade permeada por injustiças. Suas últimas produções buscam, no alento da religião, novas formas

de conhecer a si e os outros, principalmente no que tange à relação de comunicação entre os vivos e os mortos, registrados nos “Dois poemas quase religiosos”: “Se os espíritos pedem comida e tabaco/ Com seus movimentos oscilantes/é para manter viva esta comunicação/necessária entre os que já partiram/e os que vão chegar, mensageiros do além”. Após 1963, o regresso a uma temática mais religiosa na sua poética apenas irá reafirmar a insatisfação com o mundo concebido no individualismo e na capacidade de introspeção, resultado de anos de silêncio e deslocamento, segundo Inocência Mata (182).

No artigo “Vovó Marquinha”, de Sacramento Neto: uma narrativa de memórias”, a autora adverte que o texto não trata da vida da “comunidade clânica” e nem das pessoas reais que conheceram ou conviveram com essa senhora são-tomense. Uma narrativa dividida entre o memorialismo e a ficção autobiográfica, narrando a saga da família de Vovó Marquinha durante três gerações. A história da família está atrelada à história do país, uma vez que destaca o período da primeira colonização, da sociedade escravocrata. Outros fatores importantes são destaque da novela, como o modo de sobrevivência da elite são-tomense, que não deixa de ser explorada pelos novos colonos e, principalmente, as motivações sociais e econômicas que resultaram no massacre do Batepá de 1953. Dessa forma, a novela de Sacramento Neto

não deixa de representar uma releitura das questões reais e socioculturais no país, o que para Inocência Mata (190), “contribuirá para ampliar a realidade, porque estimulará a discussão sobre o conhecimento da história de São Tomé e Príncipe”.

Outro autor a ser apresentado por Inocência Mata é Aíto Bonfim, que, em sua opinião ao fazer uma análise dos programas de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, percebe a lacuna na ausência dos estudos da literatura são-tomense pós-independência. A pouca divulgação das obras e do que se vem publicando em São Tomé e Príncipe pode ser uma explicação plausível em relação ao pouco conhecimento dessas obras.

Natural de São Tomé e licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, Aíto Bonfim é autor de livros de poesia, de teatro e de romances. *O Suicídio Cultural*, publicado em 1992, é considerado um romance político. Trata da “espera de um homem no corredor da morte por convicções políticas”, segundo Mata (193), que aguarda a decisão de seu destino durante catorze anos. Nesse caso, o autor se lança na contramão do discurso já elaborado por autores anteriores, obstinado pelas discussões em torno da relação “colonizado/colonizador, a marginalização da população forra, as injustiças do sistema colonial...” (Mata, 193). Outro aspecto que a autora analisa na obra de Aíto Bonfim encontra-se no livro de poesia *Aspirações*, contendo vinte

poemas, que apresentam “a condição humana na sua plenitude: tanto fala o poeta dos terríveis meandros do(s) poder(es) dos homens e das nefastas consequências daí decorrentes” (196). A autora exemplifica com os poemas “O milionésimo da estatística” e “A guerra e a paz”, as imagens escatológicas e apocalípticas que transmitem o horror e o desespero dos mutilados e inválidos transfigurados pela guerra. Na poesia de Aíto Bonfim, o homem é sempre o sujeito responsável pela destruição e pelo poder da reconstrução, de acordo com a sua predisposição.

Ao encerrar a terceira parte do livro, Inocência Mata retoma a poesia de Conceição Lima, com o texto “O sentido da história das ruminções afetivas”, rerepresentando as obras anteriormente nomeadas, com destaque para algumas leituras dos poemas de *O Útero da Casa* e *A Dolorosa Raiç do Micondó*. Apresenta alguns poemas do primeiro livro, com destaque para “A herança”, que problematiza a luta de emancipação de São Tomé e Príncipe, e a esperança de tempos melhores, uma racionalização em relação à memória dos combatentes. A ideia de exílio também é explorada, uma vez que a situação social e histórica aponta para a adversidade, pois continuam vivas as atrocidades praticadas pelos colonizadores contra os naturais. Os poemas de *A Dolorosa Raiç do Micondó* traduzem o resultado de uma reflexão de Conceição Lima sobre o tempo e a capacidade de resistência consonante a uma ideia de superação,

sem perder as reminiscências e a reafirmação de pertencimento da identidade são-tomense.

Na quarta e última parte, intitulada “De exílios, passagens e conexões: as ilhas do equador como *locus* na literatura portuguesa”, o lugar que ocupa a obra de Otilina Silva, nascida em Leiria, mas chegando em São Tomé nos anos cinquenta, permanecendo até 1975, reporta ao tempo em que viveu na ilha durante vinte e cinco anos. As publicações são registros da memória individual no país são-tomense e aparecem em *Ecos da terra do Ossobó* (2004) e *São Tomé e príncipe: Ecos de ontem e de hoje* (2006), registro memorialista da afetividade da autora e do tempo que permaneceu na ilha.

O autor Pedro Rosa, com a publicação de *Lenin Oil*, em 2006, texto não referido diretamente ao país e de classificação controversa, se romance social, político ou histórico, ainda não teve a sua definição (Mata, a páginas 244 apresenta, na estrutura narrativa, um agente norte-americano, residente em uma ilha, com a função de pesquisar para o Departamento do Estado informações sobre o petróleo. Nesse contexto, conhece o nativo Lenine, que possui uma empresa de fachada de representações, a Lenin Oil e é por meio dele que o agente conseguirá informações privilegiadas. A narrativa acontece em três tempos, sendo entrelaçadas as vozes do agente americano, a narração dos acontecimentos externos por meio das correspondências

entre ele, o Departamento do Estado e o envio de cartas a um amigo, sendo essas missivas de teor mais íntimo e de uma descrição da África exótica. Apesar da conspiração para a derrubada do sistema de petróleo, as personagens são basicamente aniquiladas pela malária e pela revolta.

Por fim, Inocência Mata apresenta o autor Paulo Ramalho, que conheceu em março de 2006 na Ilha de São Tomé a usufruir de uma bolsa do Centro Nacional de Cultura, a “Criar Lusofonia” (Portugal), que incentiva escritores. O resultado da dita bolsa foi a publicação do livro *Ilha entre Linhas*, sobre São Tomé, organizado em termos de conhecimento da ilha. Trata-se de uma obra não regionalista, apesar de descrever as paisagens, sentimentos e as gentes e os costumes de São Tomé. O trabalho do autor destaca não somente o passado histórico da ilha, mas o tempo presente, com o compromisso do registro da relação entre o homem e a natureza.

A obra aqui comentada desperta questionamentos que levam a concluir pelo seu caráter introdutório de um problema maior e urgente. A partir de quando se pode efetivamente falar de uma produção literária em São Tomé e Príncipe? Finalmente, como reparar o “esquecimento” e o descuido na organização de obras que pretendem representar um todo e o fazem parcelarmente?

Rosilda Alves Bezerra